ATA NÚMERO DOIS MIL, SETECENTOS E DOIS (2.702)

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três reuniu-se, no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa, sob a Presidência do Vereador Adriano Hamerschmidt, secretariado pelo Vereador Osvaldo Benedito Camargo e pela Vereadora Valentina da Luz Piovezan Batista, presente os Vereadores: José Luiz de Castro, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio Augusto Leoni, Elísia Martins, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro e Walter J. Horning.

À Hora Regimental o Presidente declarou aberta a Sessão, colocando em deliberação das atas de números dois mil seiscentos e noventa e nove e dois mil e setecentos, sendo aprovadas por unanimidade.

Iniciando com o Expediente do Dia, onde foi feita a leitura, pelo 1° Secretário, da correspondência recebida, constando o seguinte: Ofício n° 65/2003, do Departamento de Cultura, convidando o Presidente para hastear a bandeira da Lapa em solenidade de Instituição da Chama Votiva do Congresso Tradicionalista do Paraná. Ofício n° 68/2003, do Departamento de Cultura, reforçando o convite para a solenidade de Instituição da Chama Votiva do Congresso Tradicionalista do Paraná. Ofício Circular n° 31/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comunicando treinamento. Ofício n° 10412341, do Fundo Nacional de Saúde, comunicando liberação de verbas. Ofício n° 130/2003, da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos. Correspondência da Empresa Refratários Scandelari, solicitando cópia de gravação de Sessão. Convite da Capela do Divino Espírito Santo, para festa. Agradecimento do 15° GAC-AP por matéria publicada pelo Presidente. Convite do 15° GAC-AP para comemorações ao Dia do Soldado.

Ainda no Expediente do Dia foi feita, pela 2ª Secretária, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando início à Ordem do Dia, presente os Vereadores Osvaldo Camargo, José Luiz de Castro, Antonio Luiz C. Cavalini, Sérgio A. Leoni, Elísia Martins, Valentina da Luz Piovezan Batista, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro e Walter J. Horning.

Em 1ª Discussão o Projeto de Resolução n° 02/2003, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o orçamento do Poder Legislativo Municipal a ser incluído no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2004.

O Presidente Adriano Hamerschmidt passou a presidência da Sessão ao 1° Secretário Osvaldo Camargo, para participar dos debates deste projeto.

Havendo requerimento verbal por parte do Vereador Adriano para que as emendas apresentadas, todas referentes ao mesmo orçamento, fossem colocadas em deliberação em bloco, ou seja, todas discutidas e votadas juntas, foi este colocado em votação sendo aprovado por nove votos dos Vereadores João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Elísia Martins, Sérgio A. Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro, Walter J. Horning, Osvaldo B. Camargo e Valentina da L. P. Batista, contra um do Vereador José Luiz de Castro.

Em 1ª discussão as Emendas Supressivas e Modificativas, de autoria do Vereador José Luiz de Castro, que suprimem e alteram códigos do Anexo I do projeto de Resolução n° 02/03, que aprova o orçamento do Poder Legislativo Municipal a ser incluído no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2004.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador José Luiz dizendo que é com grande satisfação que apresenta uma série de emendas a esse projeto de decreto aonde fixa a proposta de orçamento da Câmara para o ano de dois mil e quatro. Existem coisas em que devem ter muito cuidado, primeiramente é com o dinheiro do povo, pois os Vereadores como agente políticos devem respeitar o dinheiro da população. A Mesa Executiva apresentou esta proposta e pouco se pode discutir entre os Vereadores devido o tempo curto, porém existem algumas coisas que fogem da lógica e as mesmas, este Vereador fez

através de Emendas Modificativas e Supressivas para tentar corrigir estas falhas que considera inadequadas e acima de qualquer previsão normal. Primeiro é sobre as obrigações previdenciárias de mais servidores, aonde no orçamento de dois mil e três dos recursos que foram destinados para esta rubrica foram de doze mil reais e para este ano essas obrigações foram aumentadas para vinte e um mil e oitocentos reais.

Solicitando um aparte o Vereador Adriano disse que o estilo democrático desta Comissão Executiva composta pelo Presidente Adriano Hamerschmidt, Vice-Presidente Marco Antonio Bortoletto, Primeiro Secretário Osvaldo Benedito Camargo e pelo Segundo Secretário a Vereadora Valentina da Luz Piovezan Batista foi tão democrática que não haveria a necessidade de se colocar os anos de dois mil e dois e dois mil e três, mas fizeram isso justamente para facilitar o trabalho dos Vereadores em seus entendimentos. Existem coisas que esclarece desde já como "*mea-culpa*" quando se vê esse valor de doze mil reais mencionado e que na verdade está dentro da totalização de pessoal e encargos sociais. Colocaram nesse valor para dar uma referência com relação ao que tinha sido orçado e que no entanto o que vão realizar é algo muito próximo do que está se pensando para o ano de dois mil e quatro. A Mesa Executiva não haveria necessidade de propor esse projeto como resolução, mas isso faz parte de um pensamento particular desse Vereador de que o Orçamento da Câmara deve ser discutido e debatido democraticamente. Quanto ao curto espaço de tempo mencionado, o Regimento Interno é muito claro em seu artigo cento e onze que diz que os projetos elaborados pelas Comissões permanentes temporárias ou pela Comissão Executiva, o qual este foi elaborado, de que serão dados a Ordem do Dia da Sessão seguinte, então dá-se o prazo de uma semana. Outra questão é de que acha ter uma incompatibilidade tão grande em algumas Legislações neste País, em que diz que a Lei Orgânica do Município a Câmara terá até o dia trinta e um de agosto para elaborar sua proposta, votar em duas discussões e ser devolvido ao Executivo Municipal até o dia trinta e um de agosto e o mesmo até este dia para mandar o Orçamento total. Devem ser racionais e solidários ao Executivo Municipal em enviar para o mesmo o Orçamento de forma que até esta data possam mandar o Orçamento para discutir. Quanto ao tempo para ser examinado o Vereador José Luiz pode até ter tido alguma razão em dizer que faltou para se discutir, mas se o mesmo tivesse atendido o pedido que a Presidência fez no termo da Sessão passada, aonde teve oportunidade de explicar que o tempo era escasso e que se tivesse alguma dúvida estaria à disposição durante a semana para discutir e explicar, mas infelizmente não foi procurado e a discussão veio a Plenário. Acha que o Vereador José Luiz tem todo direito a isto e de mostrar a população que este números citados, nem de longe são absurdos como foram citados.

Continuando o Vereador José Luiz disse que o fato de ter tido essa relação com os anos de dois mil e dois, dois mil e três e dois mil e quatro, foi muito bom e se não fosse apresentado, com certeza iria atrás desses dados, pois teria que ter um parâmetro para esta discussão. Sobre a questão do tempo dado para examinar esse orçamento não é justificativa, onde isso já poderia ter sido feito há alguns meses atrás e passado para os Vereadores discutir. Acha que nesta Sessão têm o privilégio de ter uma grande parcela da comunidade e terão capacidade de analisar se tem ou não cabimento essas colocações. Está dentro desta Casa como representante do povo, se tiver que ficar calado em todas as emendas ficará, mas se tiver que levantar no final sozinho contra o projeto, assim fará. Tem obrigação nesta Casa de Leis com a população do Município, com a sua consciência, com a sua família e com Deus. As obrigações previdenciárias de doze mil reais para vinte e um mil e oitocentos reais, onde pode tirar algumas conclusões, ou se vai aumentar exageradamente o quadro de funcionários desta Casa ou que o Governo Federal vai mudar as alíquotas percentuais sobre as obrigações sociais que recai sobre os funcionários. Acha quatorze mil e quatrocentos mil reais, ou seja, vinte por cento, um excelente valor, pois a inflação não chegou neste limite.

Outro item é sobre as Sessões Extraordinárias dos Vereadores que de vinte e oito mil reais foi para quarenta e quatro mil reais. Vinte por cento desse valor, no modo de pensar desse Vereador estaria de bem tamanho que é a proposta.

Solicitando outro aparte o Vereador Adriano disse querer saber se o Vereador José Luiz tem sustentação técnica, ou seja, esses vinte por cento citado são por chute ou tem uma sustentação técnica adequada e propícia.

Continuando o Vereador José Luiz disse que seu chute está sendo menor do que está sendo proposto. Está considerando um aumento que acha lógico de no máximo esse percentual em cima de algumas coisas, sendo essa dedução. Está baseado em que a inflação foi em torno de dez por cento e que um pouco mais que a inflação já seria relativamente bom. Sobre diárias civis e demais áreas, em dois mil e dois o valor era de cinco mil reais em dois mil e três foi para vinte mil reais. Doze mil seria um valor considerável. Material de consumo em dois mil e dois foi de vinte e cinco mil reais, trinta mil reais em dois mil e três e em dois mil e quatro, sessenta mil oitocentos e cinqüenta mil reais. Não tem lógica na opinião de uma pessoa que não é economista, é leigo e ignorante na área de contabilidade. Passagem e despesa de locomoção foi de mil reais em dois mil e dois, dez mil em dois mil e três e dezessete mil e duzentos reais em dois mil e quatro. Se mantivessem o valor de dez mil reais já seria um valor consideravelmente alto. Serviços de Consultoria ficou em zero reais em dois mil e dois, cinco mil reais em dois mil e três e quinze mil reais em dois mil e quatro. Acha que oito mil reais já seria um valor alto. Serviços de terceiros de pessoas físicas foi de dois mil em dois mil e dois, dois mil em dois mil e três e quinze mil e quinhentos reais em dois mil e quatro. Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica foi de vinte e três mil reais em dois mil e dois, vinte e oito mil em dois mil e três e quarenta e um e quinhentos e cinqüenta reais e dois mil e quatro. Tem a impressão que trinta e três mil e seiscentos reais já seria um valor alto. Equipamento e material permanente foi de dez mil em dois mil e dois, vinte mil em dois mil e três e trinta e seis mil e cem reais em dois mil e quatro. Esse valor para dezesseis mil e cem que é a proposição desse valor já em um valor consideravelmente bom. Apresentou também três Emendas Supressivas das gratificações por horas extras e substituições de servidores, pois todos os funcionários desta Casa de Leis ganham TIDE Tempo Integral por Dedicação Exclusiva. Não vê lógica ganhar horas extras se já estão ganhando gratificação. Existem também outras verbas que no entender deste Vereador deveriam ser suprimidas que são aquisição e desapropriação de imóveis no valor de quarenta e cinco mil reais. Não havia nada nessa rubrica em dois mil e dois e nem em dos mil e três e aquisição de imóveis em dois mil e dois tinha noventa mil reais quando se comentou de mudar a Câmara para outro prédio, em dois mil e três não havia nada nesta rubrica e em dois mil e quatro quarenta e cinco mil reais. Se suprimirem cinco mil mais noventa mil reais são noventa e cinco mil reais. Sabe que o Poder Legislativo tem um percentual sobre a receita do Município que ele pode atingir e isso está dentro da Lei, mas pode atingir se tiver razão a alguma coisa que justifique para os Vereadores e para o povo, mas se podem gastar como exemplo um milhão e duzentos mil reais não têm que colocar esse valor na proposta se o gasto é menor. Nos totais em dois mil e dois a proposta que foi aprovada era de seiscentos e noventa e sete mil reais, é bom ter em mente o valor da inflação nesse período, pois estão com valor de dez por cento. Em dois mil e três foi de oitocentos e vinte e dois mil reais e em dois mil e quatro um milhão cento e vinte e três, sendo trezentos e um mil reais a mais, sendo trinta e seis por centos de aumento. Vê pessoas da cidade com problemas na área de saúde, falta de recursos em vários setores, onde poderiam remanejar parte desse valor para que seja gasto no que for útil.

Solicitando outro aparte o Vereador Adriano disse que vai ter oportunidade de falar e até algumas menções na justificativa do projeto, pois não é essa bruxaria toda. Como restabelecimento da verdade disse que o Vereador José Luiz é uma pessoa de respeito e

político de atuação invejável, mas deve considerar que um Orçamento não significa necessariamente gasto, pois estão apenas orçando, ou seja, se algumas coisas acontecerem vão estar preparados para estes acontecimentos. Tiveram no ano de dois mil e dois um orçamento de quinhentos e oitenta mil, orçados esse valor tiveram que incomodar o Executivo Municipal e fazer uma suplementação de modo que fosse a seiscentos e noventa e sete mil reais, porque não houve um planejamento. Orçamento não significa necessariamente gasto.

Continuando o Vereador José Luiz disse que se isso é bruxaria ele é um bruxo, pois está lendo um documento feito pela Mesa Executiva. Se falar em números é ser bruxo, na Lapa tem mais um bruxo e vai se dar o direito de ter esse apelido com muita honra. A Mesa pode ter feito uma série de estudos, de trocas de informações, levantamentos e planos, mas isso não chegou até este Vereador. Não tem a capacidade de adivinhar, apesar de ser bruxo e se pudesse fazer isso estaria rico. O que lhe entristece é que são Vereadores e devem respeitar o povo e fazer com que as coisas sejam reais. Se precisar suplementar alguma coisa se faz, pois para isto existe planejamento. É muito fácil culpar dois mil e um para dois mil e dois, mas nem podem culpar a administração anterior. A maioria dos Prefeitos no mês de janeiro e fevereiro já está fazendo suplementação ou fazendo decreto para suplementar verbas, ou seja, que planejamento o Prefeito fez para ele mesmo. Não entende o por quê de pedir uma quantidade grande de verbas, ficando amarrados se não vão gastar. Pede aos Vereadores para que quando forem votadas as emendas que pensem primeiramente no povo.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que está particularmente muito contente e Deus os coloca em situações que normalmente criam e nesta Sessão ele o deu esse presente para poderem discutir o Orçamento desta Casa para o ano de dois mil e quatro com a platéia cheia, pois assim tem a certeza que terão outras pessoas que bem orientadas e esclarecidas do que se está propondo estarão ajudando o Poder Legislativo a compreender cada vez mais a sua autonomia, fazer prevalecer e utilizar os recursos disponíveis no Poder Legislativo para contribuir com a melhoria na qualidade de vida da população. Devem dar condições dos Vereadores trabalharem autonomamente no seu mandato de forma que possam continuar reivindicando as modificações e transformações que a população tem cobrado. Discorda quando o Vereador José Luiz ter dito que não teve acesso aos pensamentos, planejamentos, propostas e o porque de estarem apresentando esses números. Para o povo assalariado, quando se fala em um milhão de reais, esse valor soa como algo quase que inatingível. Não tem perspectiva concreta, mas tem muita vontade, porém não sabe se vai conseguir durante toda a sua vida guardar dinheiro suficiente para chegar no valor de um milhão de reais e acesso ao mesmo, como pessoa física, mas como instituição tem hoje nesta Sessão e até fica o convite a todos os participantes que não entenderam esse Orçamento, que lhes procurem durante a semana para dar explicações e de quais são os pensamentos e a tendência que este Poder tem pretensão em implantar. Há no Poder Legislativo dezoito funcionários entre efetivos e cargos em comissão, treze Vereadores e um cabedal de regras e normas que a Câmara Municipal tem que cumprir. Fica triste pela explanação do Vereador José Luiz quando disse que não teve acesso a essas informações, pois procuraram na justificativa do projeto serem bastante cansativos em elaborarem quatro laudas para deixar bem explicado e de forma geral, pois não podem ficar se atendo a muitos detalhes e que vai definir o orçamento. Não há necessidade no entendimento desse Vereador de colocarem o que se está se prevendo nesse item de material de consumo para se comprar no ano que vem, setecentos e cinqüenta reais em medicamentos que fazem parte da farmácia básica da Câmara Municipal, não que necessariamente isso seja usado. Estão propondo discussão, embora não precisasse propor e discutir, como diz o artigo trinta e um, inciso quarto do Regimento Interno para elabora e encaminhar ao Prefeito até o dia trinta e

um agosto após aprovação do Plenário a proposta parcial do Orçamento da Câmara para ser incluída na proposta geral do Município prevalecendo na hipótese de não aprovação pelo Plenário da proposta elaborada pela Mesa Executiva. Talvez por isso que ao longo das histórias da Câmara a não discussão em Plenário do Orçamento. Na justificativa diz que a exemplo do exercício de dois mil e dois ainda se vivem momentos de mudanças no setor contábil deste Poder Legislativo, cuja origem está fundamentada em sua maioria em orientações, instruções, portarias e outros documentos emitidos pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, obedecendo a sua principal função que é a de emitir pareceres técnicos a respeito de contas e consultas formuladas. Sobre o item de pessoal e encargos pessoais tiveram em dois mil e dois, orçados quinhentos e trinta e dois mil reais para ser gasto com pessoal, em dois mil e três está previsto o gasto de seiscentos e sessenta e dois mil reais e para dois mil e quatro estão orçando setecentos e noventa mil e oitocentos reais que está junto o subsídio dos Vereadores, salário do servidor de carreira e o salário do pessoal comissionada, vencimentos esses, todos com encargos. Sobre a remuneração do Vereador a Câmara é obrigada a recolher todo mês vinte por cento de INSS a título patronal. Isso tem significado em torno de dez mil a onze mil reais por mês que a Câmara contribui sob o subsídio dos Vereadores. Sobre o patronal além do desconto que varia de sete virgula sessenta e cinco a onze por cento, no caso dos Vereadores que é em torno de onze por cento de INSS que contribuem para sua próprias aposentadorias, que é descontado, salvo alguns que já descontam do seu trabalho. Precisam pensar no Orçamento da Câmara neste sentido, ou seja, dessa parte de pessoal e encargos, entra então as coisa que podem acontecer ou não. Tem entendido que o funcionalismo tem que ter aumento e o salário dos funcionários da Câmara somente aumenta de acordo como o reajuste que é concedido ao funcionalismo público Municipal. Trabalham com um percentual de quinze por cento, estimando que o Prefeito possa dar aumento de até quinze por cento e se não der estão preparados para esse valor, mas se der mais de quinze por cento fica complicado e terão que aumentar mais o Orçamento. Dentro da proposta de pessoal e encaros da Câmara ainda existe um desafio que a Câmara vai enfrentar, pois como exemplo existe uma orientação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que o Contador da Câmara tem que ser concursado sendo uma boa notícia, mas ainda não houve a determinação e á partir do momento que houver o Poder Legislativo vai ter que ver quando vai ser, porém se for em dois mil e quatro estarão preparados para abrir concurso para contador dentro desta Casa de Leis e então terão em torno de vinte mil reais orçados para o pagamento do Contador que é o que normalmente se paga no mercado. Sobre a remuneração desse possível novo cargo terão também encargos, o que vai justificar.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que a colocação do Vereador Adriano não é correta, alegando sobre a questão de um contador, pois a Câmara já o tem e pago um certo valor mensal para o mesmo, então não vai acrescer em nada, não é porque vai ser um concurso, pois acha que isso deveria ser norma obrigatória para trabalhar em qualquer função pública e tinha que acabar com essas marmeladas chamadas de cargos comissionados, aonde pessoas muitas vezes incompetentes entram em função por ter um QI Quem Indica, junto a quem manda. Contador não é aumento de despesa porque já existe no quadro da Câmara e não se justifica esse valor tão alto.

Continuando o Vereador Adriano disse que não contribui muito a explanação do Vereador José Luiz, mesmo porque não fala para o público, pois sua atuação não é para agradar os que participam desta Sessão, mas tem um compromisso com a Lapa e com a população, incluindo os presentes. A Câmara não pode ter e esse é o pensamento da Comissão Executiva, formado por quatro Vereadores e o aval de outros Vereadores que também entenderam esse processo, ou seja, não pode deixar que as coisas aconteçam, pois se a Lapa está inserida num processo de uma tendência de desenvolvimento é preciso que o

Poder Legislativo acompanhe essa tendência. Esse assunto é bastante complexo e eminentemente técnico e tiveram que pensar muito, com a participação de funcionários e Comissão Executiva no sentido de que trouxessem uma proposta viável para este Poder. Não podem sair de dentro desta Casa depois desta Sessão, pensando que o Orçamento é gasto, porque orçamento é uma coisa e gasto é outro, ou seja, estão preparando o Poder Legislativo em função de coisas que podem ou não acontecer. Quem vai dizer qual vai ser o percentual de reajuste provavelmente vai ser as finanças do Município se vai existir. Se não tiver reajuste nenhum poderão diminuir a proposta em termos de pessoal e encargos em quinze por cento. Tem uma certa dose de contingência porque prevê esse percentual já concedido em janeiro, também sendo difícil acontecer neste prazo, sendo mais provável em março ou abril. Na questões das obrigações explicava que existe essa parte patronal e é o que está dissecado é essa parte, então tiveram uma tentativa, pois esse valor de doze mil reais possivelmente seja até mais. Na verdade na proposta anterior eles atendiam por determinação do Tribunal de Contas que não detalhava da forma que está e tiveram a preocupação de detalhar. Quanto à contribuição do INSS de comissionados não detentores de cargos vai diminuir porque de acordo com a nova instrução normativa do Tribunal de Contas, o que acontece nos dias de hoje tem-se uma rubrica para obrigação patronal, somente separa o INSS e o que é do Município fica tudo do mesmo jeito. O que vai acontecer agora é que o cargo em carreira comissionado que é o que tem aqui, poderiam até praticar a balbúrdia a que o Vereador José Luiz se referiu, de nomear em todos os cargos de comissão, pessoas que não fazem parte do quadro efetivo da Câmara, mas existe dentro desta Casa a Secretária Geral que é funcionária de carreira, Controlador também é funcionário de carreira, então o que acontece é que o salários deles é contabilizado como cargo de comissão e a previdência por ser funcionário de carreira vai para o Instituto de Previdência. Para fazer essa remodelagem, quem vai assumir cargos em comissão e é funcionário de carreira vai contribui para o fundo próprio e quem não é vai contribuir para o INSS. Isso tem muita lógica.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que o valor em dois mil e três era de doze mil reais e o valor de dois mil e quatro é de vinte e um mil e oitocentos mil reais, havendo um aumento de noventa por cento se não estiver errado. Disse querer saber do Vereador Adriano se pode justificar esse aumento.

Continuando o Vereador Adriano disse que esse valor de doze mil reais é uma estimativa, pois estão vivendo ainda o ano de dois mil e três e na instrução normativa do ano que passou, esse valor estava dentro de uma rubrica chamado de obrigações. Colocaram apenas como uma estimativa e um pensamento, pois se fosse devidamente distribuído de acordo com a atual instrução normativa, talvez a disparidade não fosse tão grande, mas dentro disso está todas essas implicações do possível cargo de contador. Quando o Vereador José Luiz disse propõe a retirada da gratificação para horas extras e substituições de servidores, na verdade só existe um cargo em comissão que não tem cem por cento. As regras de como funciona é que o funcionário de carreira, ocupando cargo em comissão está filiado ao Instituto de Previdência Municipal e as regras do INSS são muito claras, como por exemplo, a pessoa adoece, vai ao médico, trás atestado, onde os quinze primeiros dias quem paga é a empresa e do décimo sexto dia em diante é o INSS quem vai pagar de acordo com alguns critérios. E se tiver que afastar algum funcionário por auxílio doença, e a dificuldade quando algum funcionário sai de licença premia, enfim, gera um certo transtorno, pois estão todos trabalhando e se tiver que repor vai ter que ser por serviços de terceiros, amarrando o orçamento. Se a pessoa contratada for contratada de fora não pode ter gratificação e se trabalhar fora de hora tem que pagar hora extra. São pensamentos futuros tentando encaixar todas as possibilidades e se não precisarem usar todas essas ferramentas, pelo menos estarão preparados para dois mil e quatro. A Comissão

Executiva deste Poder Legislativo, em momento algum olhou para dois mil e quatro como um ano político, pois estão se atendo única e exclusivamente aos números, projeções e aquilo que realmente pode ou não acontecer. Não sentem medo nenhum, podem investigar o quanto quiserem, pois se não quisessem debater isso com a população e com os representantes do povo que são os Vereadores não apresentariam a Resolução, simplesmente encaminhariam ao Executivo como manda o artigo trinta e um, inciso quarto da Lei Orgânica do Município.

Com a palavra o Vereador Cavalini pede vistas ao projeto, bem como das emendas em função de que o próprio ator das emendas tem dúvida com relação a tempo de pesquisa e dados. O Vereador José Luiz precisa de mais tempo para fazer a explanação técnica. Pela primeira vez da história do Município que se discute o Orçamento Legislativo e isso é muito importante e se os Vereadores concordarem com esse pedido, faz o convite a todos os presentes para que retornem para a próxima Sessão para assistirem o debate, pois devido o tempo, após terão reunião com pessoas da saúde, onde será discutido um problema muito sério dado à população estar desinformada pedindo informações aos Vereadores. Podem fazer uma Sessão Extraordinária sem remuneração como prega o Vereador José Luiz.

Solicitando um aparte o Vereador Adriano disse que sobre a Sessão Extraordinária deixa claro que se esse pedido for aprovado tem que existir porque precisam dar fôlego para o Executivo apresentarem a proposta orçamentária e até trinta e um de agosto ser protocolado nesta Casa de Leis. É bom que fique claro também que essas Sessões dentro do período Legislativo não é remunerada.

Continuando o Vereador Cavalini disse que se quiserem continuar não tem problema, mas sugere que coloque em votação esse pedido de vistas por sete dias de acordo com o artigo cento e vinte do Regimento Interno.

Com a palavra o Vereador José Luiz contestando as palavras do Vereador Cavalini quanto a dizer que este Vereador não teve tempo de estudar, pois o tempo que teve estudou e aprova disso é que apresentou uma série de emendas. O que falou é que gostaria de ter mais tempo para discutir melhor. Devem informar a população daquilo que é correto e não daquilo que interessa apenas aos Vereadores. O artigo trinta e um, inciso quatro da Lei Orgânica do Município diz que devem elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia trinta e um do ano, após aprovação em Plenário.

Solicitando um aparte o Vereador Adriano disse que está escrito na Lei Orgânica do Município que devem elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia trinta e um de agosto, após apreciação do Plenário, a proposta parcial do Orçamento da Câmara para ser incluída na proposta geral do Município prevalecendo na hipótese da não aprovação em Plenário pelo proposta elaborada pela Mesa.

Continuando o Vereador José Luiz disse que pode não ser aprovado, mas tem que ser discutido em Plenário.

Solicitando outro aparte o Vereador Adriano disse que o Vereador José Luiz está sendo parcial na leitura e interpretação desse artigo, pois em momento algum diz que é o Orçamento que tem que vir em discussão e sim que compete à Mesa da Câmara Municipal além de outras atribuições do Regimento Interno, elaborar e encaminhar a proposta até trinta e um de agosto.

Solicitando também um aparte o Vereador Cavalini disse que devem fazer um acordo de cavalheiros, fazendo uma Sessão Extraordinária para resolver esse problema.

Continuando o Vereador José Luiz disse que discutir em outra ocasião é fugir da raia e este Vereador não corre dos problemas. Não pode deixar fluir informações que não condiz com a verdade e não pode também dar outras interpretações indevidas dentro da Lei Orgânica.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que se sentiria um monstro se tivesse que calar seres humanos, pois lutou a sua vida inteira pela liberdade, desde a Ditadura Militar, passando pelas Diretas Já e para que a nova República desse certo, ou seja, fizeram um histórico de luta e a mesma continua, jamais poderão calar a humanidade e ninguém está fugindo da raia, apenas estão querendo readequar o horário desta Sessão a uma discussão mais importante do momento que é o caso da saúde.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que de sua parte pode ser colocado em votação o pedido de vistas feito pelo Vereador Cavalini.

Esclarecendo o Presidente Adriano disse que o Executivo Municipal tem uma preocupação que parece salutar, no sentido de que eles tem o prazo até trinta e um de agosto para mandar para esta Casa de Leis e vice-versa, parecendo que algo não está muito correto. Se todos entendessem que o tempo necessário fosse para que pudessem ainda fazer uma Sessão Extraordinária nesta semana, pois houveram emendas e que provavelmente haverão votos favoráveis e contrários não poderão exercer o direito de dispensa de interstício. Não podem penalizar o trabalho da Contabilidade do Executivo porque se levaram semanas para elaborar o orçamento eles também vão demorar um pouco.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que podem discutir primeiro o assunto da saúde e após terminam de discutir esse assunto.

Em votação o pedido de vistas, de autoria do Vereador Antonio Luiz C. Cavalini ao Projeto de Resolução nº 02/2003, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o orçamento do Poder Legislativo Municipal a ser incluído no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2004, e as emendas apresentadas, foi o mesmo colocado em votação sendo aprovado por nove votos dos Vereadores João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Elísia Martins, Sérgio A. Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro, Walter J. Horning, Osvaldo B. Camargo e Valentina da L. P. Batista, contra um do Vereador José Luiz de Castro.

O 2º Secretário Vereador Osvaldo B. Camargo devolveu a Presidência ao Presidente ao Vereador Adriano Hamerschmidt.

Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos e indicações apresentados: Indicação do Vereador Antonio Luiz C. Cavalini ao Executivo Municipal, a mudança no recebimento de documentos do IAP; Indicação do Vereador Vilmar C. Fávaro ao Executivo Municipal o encaminhamento de abaixo assinado em anexo, no sentido de obter melhorias para a Vila Rosário; Indicação do Vereador José Luiz de Castro ao Diretor da Sanepar, mudanças nos critérios do programa de tarifa social para as famílias de baixa renda; Indicação do Vereador José Luiz de Castro a Translapa, facilidades no acesso de pessoas nos ônibus da empresa; Requerimento do Vereador José Luiz de Castro para que seja inserido Voto de Profundo Pesar pelo falecimento de Leonor Virginia Zereman; Requerimento do Vereador José Luiz de Castro para que seja inserido em ata Voto de Congratulação ao Dia do Soldado; Requerimento verbal do Vereador José Luiz de Castro para a Comissão de Controle e Fiscalização desta Casa faça uma vistoria na construção do Posto de Saúde Rio da Várzea.

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento ou indicação em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.

Havendo requerimento verbal da Vereadora Valentina da L. P. Batista para que seja suspensa o restante da Sessão, a fim de iniciar a reunião, em atendimento ao requerimento nº 92/2003, de autoria do Vereador José Luiz de Castro, relacionado às mudanças feitas na estrutura da saúde no Município, e com a concordância de todos os demais Vereadores presentes, de imediato o senhor Presidente convidou para fazer parte da Mesa Executiva o Secretário de Serviços Públicos José Pazzinatto Filho, o Diretor Geral do Hospital Hipólito

e Amélia Alves de Araújo, Doutor Manoel Moreira Vidal e a Diretora de Saúde do Município, Hildegard Weiss Sera.

Esclarecendo o Presidente Adriano disse querer passar ao público a forma com que normalmente desenvolvem esse tipo de Sessão. Foi protocolado nesta Casa um requerimento de autoria do Vereador José Luiz solicitando que fossem convocados o Secretário de Serviços Públicos e a Diretora de Saúde do Município e também convidadas outras pessoas envolvidas com a questão da saúde do Município. Sabe que existem algumas propostas e algumas ações já implementadas e que trarão alguma transformação no andamento da saúde no Município. O objetivo desta Sessão é fazer com que os profissionais envolvidos possam dar explicações, numa atitude democrática. Será também repassado ás pessoas do Plenário papel e caneta para quem desejar fazer perguntas aos membros da Mesa.

Livre a palavra para esclarecimentos fez uso dela o Secretário de Serviços Públicos o Senhor José Pazzinatto Filho dizendo que está nesta Sessão cumprindo uma solicitação feita pelo Vereador José Luiz para responder sobre as mudanças que estão ocorrendo na saúde. Fazendo uma explanação geral sobre a saúde disse que antes de tudo precisa voltar um pouco atrás para que tenham uma noção de como se originou tudo isso. Em dois mil e um quando o atual Prefeito assumiu a administração tinham como primeiro comprometimento rever a assistência da população com relação à saúde. Iniciaram esse processo em janeiro de dois mil e um e em junho deste mesmo ano, estava como Diretor do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo o Doutor Paulo Rocco. Como não havia alcançado na realidade os objetivos e as normas que começaram determinar naquela ocasião que era dar um atendimento, pelo menos qualificado á população e que não vinha correspondendo solicitaram que o mesmo fosse exonerado do cargo, contratando após o Doutor Ari Ferreira Junior. Causou-lhe estranheza que naquele mesmo período veio a saber que existia uma associação chamada de Amigos do Hospital e que a mesma não tinha sequer o direito de entrar no Hospital. As pessoas dessa associação são pessoas abnegadas que vão de casa em casa arrecadando dinheiro para que os pacientes dessa unidade tenham uma qualidade melhor de atendimento. Parabeniza a Presidente dessa associação a Senhora Cleonice Fávaro Carrano e a sua Vice a Senhora Nidia Ramalho Hirt pelo competente trabalho. Naquela ocasião essas pessoas tinham arrecadado um montante de quarenta mil reais e que o Hospital através da administração da época sequer podiam entrar lá dentro. Na ocasião apresentou as mesmas ao Doutor Ari Ferreira Júnior que prontamente além de oferecer parceria, ofereceu um local dentro da unidade. Hoje tem orgulho de falar dessa associação que tem trazido á população grande conforto, através das modificações e matérias que tem auxiliado o Hospital. Evidentemente que á partir daquela ocasião já conheceram as mudanças no Hospital. Em dois mil e dois, haja visto que tinham um convênio entre Estado e Município, que beneficiava muito mais o Estado do que o próprio Município com cláusulas onde o Município se obrigava a repor todos os recursos humanos que por fizesse falta, ou seja, se o médico morresse, pedisse exoneração, demitisse o Município era obrigado a colocar outro médico para repor. Todos sabem que o Orçamento da Lapa é pequeno, resumindo-se entre folha de pagamento de pessoal, educação e saúde em torno de noventa por cento do Orçamento. A população cobra situações da administração pública, mas não tem conhecimento do que acontece. A saúde pública por Lei os obriga a gastar em torno de doze vírgula seis por cento e estão gastando em torno de dezenove por cento, o qual existe relatórios que comprovam. Somente no mês de julho deste ano gastaram com a saúde duzentos e cinqüenta e oito mil reais e deste primeiro semestre de uma arrecadação de dez milhões, cento e vinte e sete mil reais, gastaram com saúde dois milhões, quatrocentos e cinqüenta e quatro mil reais, sendo uma composição de dezenove vírgula dez por cento. No ano de dois mil num gasto total de quinhentos e

cinqüenta e sete mil reais o Estado repassou duzentos e oitenta e três mil reais e o Município arcou com duzentos e setenta e três mil reais, sendo estão este o ponto crítico que tiveram que redimensionar todos este custos para que tivessem pelo menos a mesma qualidade de atendimento. Chegaram no mês de março e fizeram uma rescisão com o Estado dizendo que não suportavam mais esta despesa que era atribuída e que o Estado na realidade deveria participar mais ativamente. No ano de dois mil e um e dois mil e dois não houve essa possibilidade porque não havia amizade e parceria entre o Governador e o Município. neste ano de dois mil e três por ter essa harmonia entre o Poder Executivo da Lapa e o Governo do Estado tentaram fazer uma reunião com o pessoal do Estado dizendo a eles de que não havia mais interesse entre o convênio firmado entre o Município e o Estado. O Município é obrigado a atender a saúde básica e esta não se entra pela porta da frente do Hospital e sim pela central de saúde e foi essa a ocasião em que redirecionaram isso e passaram ao Secretário do Estado Senhor Cláudio Murilo Xavier para que fizesse uma análise junto com o Diretor de Gerenciamento em Saúde o Senhor Antonio Paulo Malnna e o mesmo interessou-se pela proposta, haja visto que o Hospital São Sebastião estava tendo problemas financeiros no presente momento. E se não fosse tomada essas providências haveria uma situação até de fechar aquele Hospital. Solicitaram então que tirariam o pronto atendimento onde aquele Hospital estava perdendo sua característica e passaria este atendimento para o Posto de Saúde. Num primeiro momento entendeu-se que poderiam estendem esse atendimento até as vinte e três horas porque acreditam que após este horário seriam apenas os casos emergenciais. Quando o Estado viu que não tinha outro jeito dentro dessa proposta então foi feito o termo de rescisão do convênio e no mesmo dia dessa rescisão também já vinha se alastrando aquela solicitação de rompimento, pois havia um prazo de seis meses numa das cláusulas do convênio que dizia da obrigação que teria tanto uma como outra parte de comunicação e á partir daquele decurso de prazo estava rompido automaticamente e que esse rompimento estaria determinado para o dia treze de agosto. Foram a Curitiba na primeira semana de julho já determinado e o Estado percebendo que não haveria volta, acertaram entre o Município e o Estado de que no dia onze de agosto iriam tirar o pronto atendimento do Hospital, passando para o Posto de Saúde dentro do horário já frisado. Ficou decidido que do mês de agosto até o mês de outubro o Hospital irá desmobilizar para o Hospital Regional São Sebastião. Os benefícios desta mudança já estão sendo mostrados e o Hospital está com a cara do Estado e o pronto atendimento com a cara do Município, coisa que não acontecia antes, pois existia no Hospital Hipólito duas administrações paralelas para um mesmo trabalho. Todos sabem que durante o percurso desta gestão vários funcionários foram demitidos, porém médicos que faziam parte da administração do Município, porque quando havia algum procedimento errado e que não condizia com a administração verificavam que o empregado era do Estado e o mesmo não tomava medidas enérgicas. Hoje porém tem administração distintas, uma do Estado representada pelo Doutor Manoel Moreira Vidal e outra pelo Município que representado por sua pessoa por sua Secretaria. Pessoas que administram coisas públicas nem pensam em fazer a situação para determinado momento, muito pelo contrário a sua administração é totalmente contrária a este tipo de pensamento. Hoje faz coisas que amanhã poderá estar utilizando, ou seja, jamais faria uma mudança que não fosse em benefício da população. Todas as mudanças feitas são bem estudadas e planejadas, com uma equipe por trás assessorando competentes e capacitadas.

Com a palavra a Diretora de Saúde do Município Hildegard Weiss Sera disse que qualquer mudança que se faça causa um certo transtorno, pois a população estava acostumada com um certo tipo de atendimento no Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo e viu-se que esse procedimento não era o mais correto e que a população deve se acostumar com uma saúde diferenciada, ou seja, um Hospital com a cara do mesmo e o

Centro de Saúde uma unidade básica também assumindo seu papel. O pronto atendimento será para atender qualquer usuário que no momento adoeça, onde não tenha marcado consulta e será atendida. No Hospital Hipólito estava acontecendo que o médico de plantão fazia o pronto atendimento e também os internados, dividindo a atenção aos internos que muitas vezes estava necessitando de cuidados específicos e também o atendimento de pacientes que chegavam dividindo o tempo com a fila de pacientes na entrada e com os internos. Com esta característica técnica se pensou em fazer com que o Hospital atenda seus internos sendo responsável pelos mesmos e a unidade atenda a população no pronto atendimento. Pronto Atendimento é qualquer procedimento em que se precise de um atendimento médico e eminente. Também viu-se a redução de custo que se teria, porque o repasse de verbas nas Prefeituras está menor e devem usar o dinheiro da melhor forma possível. Já completou uma semana de atendimento na unidade central e viu-se que os gastos foram reduzidos porque aquela estrutura que tinham com os profissionais de saúde dentro do Hospital Hipólito foi retirado, que eram os auxiliares de enfermagem, dispensaram médicos plantonistas e pego outros médicos da própria estrutura, aproveitaram também zeladores e recepcionistas que já havia para ser usado neste novo serviço, reduzindo desta maneira os custos. Outra situação é a farmácia desse pronto atendimento, pois a população indaga muito sobre isso e devem dar esclarecimentos quanto esse assunto. Existe uma farmácia dentro do pronto atendimento que na hora que o paciente chega já é medicado momentaneamente, ou seja, algumas horas a mais até que se obtenha uma nova requisição de exames ou medicamentos dependendo da conduta do médico que atendeu esse usuário. A farmácia básica é para atendimento de usuários que fazem uso durante o dia da rotina que já existia. Á partir do dia onze de agosto a farmácia básica continua fechada no período da noite, mas existe a farmácia do pronto atendimento, onde não vai deixar o paciente sair medicação, mas o médico tem o compromisso de ser resolutivo nesse momento para não gerar uma nova demanda para o dia seguinte. A avaliação feita após esta semana de atendimento foi excelente, onde tiveram dentro desse período duzentos e vinte e dois atendimentos, numa média de trinta atendimentos diários. No final de semana tiveram cento e cinco consultas, sendo bem menor do que tinham dentro do Hospital Hipólito e a mudança já teve um reflexo. Com isso verificaram que existe uma coerência no atendimento, porque a mulher gestante tem atendimento na Clínica da Mulher, onde a criança nasce na Maternidade, após tem todo acompanhamento de uma puericultura, se adoece tem o atendimento numa central pediátrica, na adolescência tem o serviço do CASA Central de Adolescência e a parte de imunização e paralelo a isso existe as consultas para idosos. O que estava faltando era diversificar esse atendimento que existe dentro do Hospital Hipólito e dentro da Unidade Central de Saúde. Como já explanou o Secretário de Serviços Públicos, após outubro vai ter uma nova reestruturação, porque na unificação do Hospital Hipólito com o Hospital São Sebastião, como já existe um pronto atendimento das oito da manhã até as vinte e três horas, o Hospital Hipólito passando este atendimento para o Hospital São Sebastião acontecerá que a saúde vai ficar descoberta das vinte e três horas até o dia seguinte, ou seja até as oito horas. Desta forma vai existir uma nova reestruturação, onde o Município vai ter que assumir esse atendimento para vinte e quatro horas, com isso remodelando novamente a estrutura. O Hospital Hipólito com a estrutura que tem poderão ter serviços de Raios-X e laboratório. Sobre o PSF Programa Saúde da Família, onde já existe implantado duas equipes, uma das abrangências da Mariental, Feixo e Contestado e outra nas abrangências do CAIC e Cohapar, onde houve neste nova reestruturação com novo médico se integrando. O PSF demarca o limite de abrangência e para cada programa são quatro mil e quinhentas pessoas ou até no máximo mil famílias, sendo a abrangência de apenas um PSF. A equipe é formada por um médico clínico geral que atenda de crianças a idosos, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem e agentes

comunitários de saúde. Como já estão funcionando essas duas equipes, estão sendo implantadas mais quatro equipes, sendo três do interior e mais uma na cidade, totalizando seis equipes. Uma das regiões será a de São Bento, abrangendo Rio da Várzea, Campina Vermelha e Butiá, outra em Água Azul, abrangendo Santos Reis até Segundo Passa-Dois e a terceira é a de Pedra Lisa abrangendo Capão Bonito até o Paiquerê, sendo o maior. Está em estudo até o final do ano de mais três equipes, pois se tiver menos programas sendo feito, menos recursos vem do Ministério da Saúde. A função do PSF é mudar a qualidade de vida do usuário, ou seja, é a mudança de modelo da saúde, porque antigamente a saúde era o médico e o remédio e hoje é ensinado a prevenção das doenças. Existe também o PACS Programa de Agentes Comunitários de Saúde que está implantado no Município desde mil novecentos e noventa e oito, com seis profissionais e que atualmente pretendem chegar á cinqüenta e um agentes para poder atingir todas as equipes do PSF. Os agentes são o elo mais importante de toda essa equipe, pois serão eles que trarão todas as informações e as necessidades dos usuários e que vão delimitar as ações da saúde.

Com a palavra o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo Senhor Manoel Moreira Vidal disse que a história da saúde no Município começou desde a fundação da Lei Orgânica do Município onde estava como Vereador dentro desta Casa de Leis e também do Conselho. Fica satisfeito por ser um Municipalista como sempre foi e que foi agora escolhido pelo estado para representá-lo, já é algo importante para representá-lo é de grande importância para o Município e que está dando essa nova versão no sentido do Município poder legar as idéias até o Governo. É desta forma que precisam ser vistos, pois não está representando o Estado para ser o interlocutor do mesmo, fala em nome dele, mas está reivindicando ao Estado com mais ênfase o que precisam no Município. Isso já poderia ter sido feito há muito tempo, faltou apenas coragem, verdades, desprendimentos e política de ação, mas hoje está caminhando para isso. Estão num momento crítico, já que, se não entenderem esse processo podem perder uma grande chance, assim como já perderam em outros tempos por ficarem vendo os navios passarem e não embarcaram em nenhum deles com medo de estar furado, mas agora a carcaça é forte e dá para embarcar com tranqüilidade, desde que possam discutir. Sobre o que tinha para falar às pessoas que lhe antecederam já comentaram e no decorrer da discussão fará as colocações que forem necessárias.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse querer saber do Diretor do Hospital sobre o que realmente vai para o Hospital Regional São Sebastião e o que fica e se exige reforma qual será o custo.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que é bom frisar que tudo isto é um projeto que está em desenvolvimento, marcaràm uma data, pois se assim não for nada acontece. O Estado deu o tempo de dois meses para o Município para que a parte técnica se adequasse ao sistema. No Hospital Hipólito estão com quarenta leitos, mais seis em observação num total de quarenta e seis. pela Organização Mundial de Saúde preconiza-se para ter uma base boa de leitos, dois ponto cinco de leitos por pessoa, necessitando dessa forma de mais ou menos oitenta a cem leitos para que não tenham problemas de superlotação que é o que já está ocorrendo dentro do Hospital e essa foi a sua preocupação quando assumiu a Direção do Hospital. Partindo disso viram que quarenta leitos, logo estariam nas redes de televisão sendo filmados por ter doentes nos corredores, se ocorresse isso não teriam onde ir buscar mais leitos, teriam que fazer um remanejamento dentro da própria unidade e quem conhece aquela unidade sabe que todos os espaços estão sendo ocupados e não tem terreno para expandi-lo, tendo que criar nova oportunidade, a qual seria o esboço de um novo Hospital para construir, com plantas, planejamento e engenharia hospitalar própria para este fim, mas como isso não ocorreu precisam utilizar daquilo que está mais fácil e mais visível e no momento o que

está disponível é o Hospital Regional São Sebastião para que possam fazer essa adequação. Em primeira fase pensou-se em ocupar apenas uma parte dos leitos, mas por questão de clínico e de conselhos, barra-se em algumas coisas da Lei. Com o tempo que têm para essa ampliação, sabe-se que com as modificações que estão sendo feitas poderão ter a Clínica Médica e Pediátrica e a parte dos laboratórios, ficando para uma segunda fase a Clínica Cirúrgica. O valor que está sendo disponibilizado no momento pelo Estado é no valor de cento e oitenta mil reais.

Continuando o Vereador José Luiz disse que as instalações físicas do Hospital São Sebastião a uns doze a quinze anos trás quando Delcindo Tavares era Secretário de Saúde, esteve numa reunião da AMSULEP, o qual teve presente foi comentado sobre a questão de se reformar o Hospital Regional São Sebastião e na época o Ministro da Saúde era o Senhor Luiz Carlos Borges da Silveira. Delcindo Tavares disse que aquele Hospital estava com as suas instalações obsoletas, velhas e que não se justificava a reforma. Sabe que tem partes daquela unidade que estão abandonadas há muitos anos e disse querer saber se esse valor que o Governo liberou dará para fazer essas reformas, pois não é esperto no assunto, mas precisaria de pelo menos cinqüenta vezes esse valor.

O Presidente Adriano disse que essa pergunta do Vereador José Luiz também partiu da Senhora Islany Regina da Silva que é Servidora Pública e Diretora do Sindsaúde que trata dessa proposta da Prefeitura para o Hipólito e a readequação do espaço físico, de qual o custo e tempo necessário.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que depende da maneira que vão encarar e ver as coisas, pois se um sem teto ver uma casa mais arcaica que seja e pela função que vai desencadear para ele aquilo vai ser de grande importância. Não podem pensar como era pensado antigamente, o qual confessa que pensava igual, mas revendo que isso era um discurso, mais do que uma prática, vê hoje o quanto se perdeu em que poderiam ter dado uma chance para tudo aquilo. Existem áreas nobres dentro daquele Hospital que estão em perfeitas condições, existe um aparelho de Raios-X que é uma parte instrumental de muitos anos e que funciona perfeitamente. Esse valor citado é apenas uma primeira fase para que possa deixar pelo menos igual ao que pelo menos se faz dentro do Hospital Hipólito. Existem outros orçamentos que já estão sendo aprovados para remodelação de vários Hospitais próprios do Estado, e que por esse fato foi criado dentro do Governo Roberto Requião uma Secretaria de Serviços Próprios dos hospitais próprios para rever todas essas áreas que foram deixadas. Como a Lapa está saindo na frente para que esse patrimônio seja revisto estão tendo muitas reuniões para que o Município seja privilegiado nesta primeira fase e em seguida com certeza o andamento será para a reconstituição daquela unidade. Ressalta que não será aquilo que é o ideal de um Hospital moderno, com tecnologia, mas vai os dar um apelo para mais uns cinco anos para ser revisto isso.

Continuando o Vereador José Luiz disse que havia uma idéia de se utilizar, aonde chamam de Sanatório Infantil para que fosse um novo hospital para a Lapa. Disse querer saber do porque não utilizar e quais os motivos.

Novamente respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que existe uma prioridade para o Governo e do Município de ser implantado naquele local uma Escola Técnico Agrícola e em conversa com pessoas envolvidas neste outro projeto até comentou que se comentarem muito sobre hospital pode que o Governo não faça nem uma coisa nem outra e vendo que iria dar murro em ponta de faca e brigar com pessoas grandes e até gosta disso, mas nesse ponto sabe que vai perder, então retraiu e aceitou o proposto. Uma das primeiras fases que já foi feita no Hospital Regional São Sebastião é da escola de formação profissional que já está sendo utilizado naquele local.

Com a palavra o Vereador Sérgio disse que tem uma relação estreita tanto com o Hospital Hipólito quanto com a Maternidade Humberto Carrano, por que tanto numa como na outra pode participar com a reabertura da Maternidade e no Hospital Hipólito em sua expansão construído pela Prefeitura da Lapa em sua gestão. Nisso tudo que está sendo definido e reciclando em termos de saúde pública na Lapa tem duas preocupações, sendo a primeira com o Hospital Hipólito por ser meritório, pois a iniciativa do saudoso Doutor Hipólito e Dona Amélia Alves de Araújo de construir na sua terra natal e doar um Hospital é quase que um caso "*sui generis*" no Brasil, fato esse ocorrido em mil novecentos e vinte e dois. A intenção do Saudoso Doutor Hipólito era de fazer com que as pessoas pobres tivessem assistência médica. Com relação à Maternidade a preocupação era que a mesma fosse reaberta em homenagem a mulher lapeana, sobre o que poderiam fazer de melhor para que fosse corrigido a decisão de se fechar àquela instituição e transferir a obstetrícia para o Hospital Hipólito que foi um caso teratológico. Disse querer saber o que vai ser feito com o Hospital Hipólito e o que vai ser feito com a Maternidade Humberto Carrano e se existe dentro dessa conjuntura alguma hipótese de transferir a Maternidade para o Hospital Hipólito.

Respondendo o Secretário de Serviços Públicos disse que com relação ao Hipólito evidentemente que vai permanecer atendendo as mesmas condições que atende, mas a partir do instante que o efetivo do Hospital Hipólito passar a atender no Hospital Regional São Sebastião será feito uma nova readequação do Hospital Hipólito com a mesma finalidade, ou seja, após esse momento de transição será feito o Layout para que possam fazer um Centro de Atendimento á Mulher e á Criança, centralizando no Hospital Hipólito, evidentemente que o Posto de Saúde com seu Pronto Atendimento, resumindo ficaria a Clínica da Mulher, Pediatria e a Puericultura, para que os aluguéis que estão pagando seriam empregados no desenvolvimento de programas específicos para este atendimento, sem perder a característica do atendimento médico Hospitalar que foi proposto. Quanto a Maternidade se tivessem condições de também levar para o Hospital Hipólito, resguardariam uma situação benéfica á terceira idade, pois criariam na unidade da Maternidade um Centro de geriatria. A Maternidade como está sendo conhecida internacionalmente pelo título que receberam como Amigos da Criança e pelos passos que foram dados e reconhecidos pelo Ministério da Saúde, em primeiro instante não mexeriam com a Maternidade. O que se especulou em relação à Maternidade foi a criação do Instituto de Saúde porque hoje a mulher faz o pré-natal e o acompanhamento até o oitavo mês na Lapa e quando chega o momento do parto é transferida para uma Maternidade de Curitiba onde os planos de saúde pagam o médico que faz o parto. Para eliminar esse processo, para que esse dinheiro desse atendimento seja retido aqui na Lapa estão criando esse Instituto que seja uma administração composta por pessoas da sociedade que irão fiscalizar uma empresa que através de licitação vai gerenciar essa administração da Maternidade. Não quer dizer com isso que ela vai beneficiar quem tem Planos de Saúde, muito pelo contrário, a primeira proposta é todos os Sistemas Único de Saúde é que sejam atendidos primeiramente e após esses casos que estão ocorrendo que são os planos de saúde. A Maternidade em primeiro instante não será mexida, apenas o gerenciamento irá mudar.

Continuando o Vereador Sérgio disse querer saber se a Maternidade será ou mão desativada.

Respondendo o Secretário de Serviços Públicos disse que não.

Com a palavra o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que compreende a intenção da pergunta do Vereador Sérgio, pois de tudo que aprendeu em sua vida sobre política foi através deste Vereador e também de respeitar do que se foi feito e da história que se passou. De maneira alguma iria desprezar a Fundação Hipólito e Amélia Alves de Araújo que tão bem prestou a população lapeana e o que quer é que

realmente se torne um expoente assim como o Hospital Regional São Sebastião. Existe condições de se fazer em primeiro momento com que se ressurja o Hospital Hipólito como uma luz maior, onde se possam ver dentro dessa unidade todos os serviços básicos organizados. Existem Leis operacionais já feitas de que o Município tem de uma maneira ou outra de arcar com todas as responsabilidades. Na Maternidade é da mesma opinião de como ela já está montada e produzindo serviços para tal, recebendo homenagens do Ministério da Saúde não foi de um dia para outro, mas há anos e por muitos terem acreditado.

O Presidente Adriano destaca a presença do Senhor Antonio Lacerda Diretor do Hospital Regional São Sebastião e do Doutor Ari Ferreira Júnior Diretor Clínico do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo.

Com a palavra o Secretário de Serviços Públicos disse que quando houve a transmissão do Hospital Hipólito para a Fundação Hospitalar, foi imposta uma condição entre os doadores e a fundação, no qual diz que a adquirente a receber a doação, obrigou-se exclusivamente a cumprir as condições de que o imóvel doado se destinará exclusivamente ao atendimento médico Hospitalar; será mantido a atual designação de Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo bem como os retratos de seus fundadores na sala principal, a capela e as respectivas imagens, o retrato do sagrado coração de Jesus; que a doadora ficará desonerada de quaisquer obrigações civis, trabalhistas ou fiscais em relação a pessoal e ao patrimônio da Instituição; a donatária se obriga a reservar pelo menos uma terça parte de sua capacidade atual e futura para atendimento gratuito quer nos serviços ambulatório e Hospitalares quer nos de internamento para pessoas reconhecidamente necessitadas, sendo que a proporção mínima acima mencionada refere-se a cada um dos serviços de atendimentos. O Município com toda certeza cumprirá essa condição.

Com a palavra o Vereador Vilmar disse que como os profissionais da saúde verem a situação da tuberculose no Paraná, uma vez que com as mudanças do Hospital Hipólito que ocupará as alas C e D do Hospital São Sebastião, conseqüentemente que as alas para internamentos de tuberculosos serão reduzidos.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que existe um dado do mês de julho deste ano de que a tuberculose no Brasil está ocupando o décimo segundo lugar no mundo em crescimento. De dois mil e um para cá tiveram uma base de cento e dez a cento e vinte mil casos novos de tuberculose, sendo preocupante. O que lhe preocupa mais é não poderem dar essa qualidade de que se pensa ter dentro do Município. Existe dentro do Hospital Regional São Sebastião, pessoas que tem um poder muito grande de resolutibilidade dentro da tuberculose, mas que por questões técnicas não pode utilizá-las. Se precisam fazer um exame simples para a tuberculose como a bronquioscopia para ver a situação do pulmão do paciente precisam levar para Curitiba. Se precisam de um Raios-X, mais diversificados também devem encaminhar para outro local, mas em compensação receberam vários telefonemas de outros estados perguntando se existem vagas disponíveis para pessoa que está com aids, alcoólatra e está com tuberculose. Não recebe doente em que dizem dar com várias doenças e que não sabem mais o que fazer e que aqui sabem, não é isso que acontece. Então porque vão ficar gastando dois milhões por ano, não que seja desumano, mas esperto porque não é obrigado a tratar o doente somente aqui na Lapa, se existe outros lugares que pode ser tratado e de preferência perto do local que a família mora e que hoje está perdendo esse contato, onde se joga dentro de um Hospital e a responsabilidade é do mesmo, porque a família tem outros afazeres e mais o que fazer do que cuidar daquele doente. Deixaram vinte leitos para casos de tuberculose, sendo até bastante, mas com qualidade. Aproveita a experiência desse pessoal que existe, junto com a tecnologia em favor, dizendo então que se trata tisiologia na Lapa e também além disso uma unidade de infectologia que abrange um pouco mais disso. Quer ter uma

unidade bem formada na Lapa, assim como tem em Curitiba. Em nome da Secretaria para que se dê vazão para que possam crescer dentro desse contentos de saúde pública e de saúde de responsabilidade cuidando dos quarenta e cinco mil habitantes que existe no Município.

Continuando o Vereador Vilmar disse querer saber se até o mês de outubro vai ser tempo suficiente para arrumar vagas para esses pacientes de tuberculose.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que já está sendo feito essa busca há mais tempo que isto, desde janeiro, idéia essa da Secretaria de Saúde que já vinha fazendo este estudo em Governos anteriores. O que faltou foi coragem ou algo mais e nesse prazo podem fazer muitas coisas.

O Presidente Adriano leu as perguntas feitas pela Senhora Islany Regina da Silva que é servidora pública e Diretora do Sindsaúde do Paraná que disse que recentemente visitou o Hospital Regional São Sebastião e foi verificado a precariedade das instalações físicas como o piso de madeira, enfim muito tem a ser feito e se o tempo será suficiente para essa readequação e também disse que por orientação da Comissão de Controle e Infecção Hospitalar, o qual a algum tempo atrás por orientação da mesma esse Hospital necessitou de algumas modificações em suas instalações, querendo dessa forma saber se terão recursos suficientes para fazer essa readequação com as normas de segurança e se as mudanças serão necessárias.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que em se falando em infectologia tem um documento datado de dezessete de fevereiro de mil novecentos e quarenta e oito sobre os estatutos de fundação do Hospital Hipólito, então se pegam muito em parágrafos e Leis que podem modificar a qualquer momento e algo lhe chamou atenção no que diz o artigo segundo que destina-se a fundação a manter na cidade da Lapa o Hospital instituído pelo doador e sua esposa que terá o nome dos fundadores, o qual tem por finalidade prestar assistência aos enfermos necessitados do Município que não sejam portadores de moléstias contagiosas e infectocontagiosas, sendo bastante discriminatório naquela época, tendo que reverem essas colocações do que podem e não podem, pois ás vezes muitas coisas é questão de tempo, local e hora. Uma das primeiras preocupações que teve quando assumiu o Hospital Hipólito foi fazer com que as Comissões legais existentes funcionassem, onde existe as Comissões de Ética Médica, de Infecção Hospitalar, de Acidente de Trabalho, enfim, são organizadas pelo Regimento Interno, eleições escolhas democráticas. Quanto assumiu essa função no Hospital foi tentar juntamente com o Doutor Ari Ferreira Júnior, qual foi a dificuldade que teve na montagem aproveitando as falhas que poderiam lhe prejudicar conseguindo com que todas as Comissões tivessem o seu Presidente e as suas reuniões, sendo uma delas a Comissão de Infecção Hospitalar que é de suma importância. Viram que se forem pegar o Regimento dessas Comissões não funcionaria nenhum dos hospitais hoje. Por isso que a comunidade vendo toda essa situação e sendo sensibilizada pelas senhoras Amigas do Hospital entenderam que haveria de imediato de uma necessidade de uma urgente modificação em tudo e esses quarenta mil reais que tem veio através da população em benefício disso. Certamente que tem que ser modificado, e o problema do piso estão vendo de uma maneira bem colocada, mas se tiver condições de pelo menos funcionar um serviço de saúde e que possam usufruir principalmente de um tópico que ainda não tocou que seria os recursos humanos que é o que mais pega nos dias de hoje. Em benefício desse recurso humano vale a pena passarem por cima de algumas coisas que não vai acarretar má segurança, mas em conjunto de tratamento e de todas essas comissões fazerem funcionar o Hospital.

O Presidente Adriano leu outra pergunta feita por Islany Regina da Silva de que em termos de recursos humanos e sobre o termo de doação ou seção da família do Hipólito a Fundação Hospitalar do Paraná algumas informações observações foram registradas em

Cartório entre elas a garantia da gratuidade no atendimento e pergunta se será mesmo garantido. Diz também que em termos de recursos humanos foi realizado uma reunião com os funcionários do Hospital Hipólito e foi dado como opção o remanejamento para o Hospital Regional São Sebastião e quer saber se isso realmente pode acontecer e se poderá haver um termo de garantia dos direitos conquistados por estes funcionários até então.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que isso foi colocado pelo Diretor Geral dos serviços próprios da secretaria de que haverá esses direitos respeitados. Acha também que nesse momento se todos entenderem a idéia de que a união faz a força, somente assim poderão batalhar alguma coisa junto ao Governo. Se desviarem-se do caminho da segurança tanto dos funcionários como da população deverão caminhar juntos, pois o momento que começarem se desviar, ali mora o perigo com as forças se extinguindo. Tem grande responsabilidade porque fala em nome da maioria dos profissionais de saúde e sempre que atuou em vida pública teve este pensamento de que não anda sozinho sempre com muitas pessoas para que possam ter essa força em andamento.

O Presidente Adriano disse que existe um princípio constitucional que diz ser livre a manifestação do pensamento, porém vedado o anonimato, mas como a pergunta que chegou não é ofensiva, mas tem o princípio de esclarecer leu a pergunta anônima dirigida a Diretora de Saúde a qual pergunta até que horas funcionará a farmácia do Posto de Saúde.

Respondendo a Diretora de Saúde do Município a Senhora Hildegard Sera que disse a farmácia básica funciona das oito horas da manhã até as dezessete horas e para o pronto atendimento existe a farmácia do mesmo que funcionará das dezessete horas até ás vinte e três horas nesse primeiro momento.

Esclarecendo o Secretário de Serviços Públicos disse que quer deixar claro que a farmácia básica é para o atendimento a todos os pacientes com receitas aviadas. Não existe uma farmácia básica no pronto atendimento, pois existe alguns atendimentos que estão a disposições do médico no presente momento para que o paciente chega seja administrado, não tendo nada a ver um com o outro.

O Presidente leu outra pergunta feita pela senhora Islany sobre a preocupação com relação a que facilidade será oferecida a população no que diz respeito ao deslocamento até o Hospital Regional São Sebastião.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que na questão do transporte, como teve uma experiência boa dentro do Hospital São Sebastião aonde um Governo anterior do Secretário da época o Senhor Armando Raggio, que quando veio á Lapa disse ter-lhe um desafio sendo pediatra neste sentido, de aceitar fazendo com que a Clínica Pediátrica ir para o Sanatório e a resposta foi sim, fez a visita, a condição que apresentava e assim o fez, sendo uma das pediatrias melhores de humanização tão falada. Sobre a questão do transporte e também ao leito para a mãe ficar junto. Pediram ajuda quanto ao transporte até com os Vereadores, pois com certeza terá o transporte do próprio Governo para que se faça pelo menos nas horas de visita, ou uma linha subsidiada pela Prefeitura. Já existe em Curitiba ônibus inter-Hospitalares para fazer esse tipo de linha, tanto para funcionário como para parentes de pacientes internados. Está sendo feito treinamentos, coordenação de integração entre funcionários dos dois hospitais para que se unam para ver o que se pode fazer de melhor em questão de humanização.

O Presidente Leu a pergunta feita pela Senhora pela Senhora Islany sobre a proposta apresentada que ainda não foi pautada no Conselho Municipal de Saúde da Lapa, para efetivação do controle Social, pois é um assunto d grande importância deverá passar na reconhecida instancia deliberativa do Sistema Único de Saúde e quando será pautada.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que com toda certeza passará pelo Conselho e assim sendo quem faz parte do mesmo vão ajudar mais ainda favorecendo ainda mais esse projeto.

Esclarecendo o Secretário de Serviços Públicos disse que na última reunião que tiveram nesta Casa sobre a Pré-Conferência que vai haver no dia cinco de setembro e em assuntos gerais expôs ao Conselho sobre essa mudança que vinha trazendo preocupação á população da Lapa. Falou sobre as coisas que os levaram a isso, o Conselho já está informado e quais as situações dessas mudanças.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que está havendo incoerências, pois foi dito que a administração do Hospital Hipólito como havia sendo feito era nociva ao Município, por isso foi feito o rompimento do Estado apenas administrar o Hospital. acha estranho após afirmar isso, foi passado uma série de serviços da Prefeitura mostrando que vai ter novamente duas administrações juntas. Ressalta também que se todo o Hospital for deslocado o Doutor Manoel vai perder a direção do Hospital.

Respondendo o Secretário de Serviços Públicos disse que em primeiro lugar quando disse que existiam duas administrações paralelas e prestando o mesmo serviço, quer dizer que tinha a metade do pessoal efetivo do Estado e a metade do efetivo do Município prestando o mesmo serviço. Quando um cidadão chegava no Hospital e não era bem. atendido reclamava junto ao Departamento de Saúde sobre tal procedimento. Quando confirmavam que o funcionário que não atendeu bem o paciente era funcionário da Prefeitura, penalizavam com sanções em cima, mas quando se verificava que era funcionário do Estado, chamava o Diretor Administrativo e solicitava que o mesmo fizesse uma correspondência ao Diretor Geral de Saúde do Estado para que se tomasse providências o que nunca acontecia. Agora o Estado tem cara própria, ou seja, vai passar para o Hospital Regional São Sebastião que vai responder se houver mau procedimento e que será feito pela pessoa do Doutor Manoel Vidal que será o Diretor Geral da Unidade. E a cara do Município será da parte de sua pessoa que é o Secretário de Serviços Públicos do Município. Estão tratando no Hospital São Sebastião vários segmentos de saúde, mas com o detalhe que todos eles são oriundos da sua administração.

Com a palavra o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse agradecer o Vereador José Luiz por estar preocupado com seu emprego. Quando tudo isso foi iniciado e foi convidado para fazer parte afirmou que se fosse para o bem e todos que se escolhessem quem quisessem para ser o Diretor, desde que a idéia não fosse ferida e que se cumprisse o que foi estabelecido com a maioria. É uma chance de se doar e fazer algo nesse momento e do seu trabalho, assim como muitos estão fazendo. Sobre a coerência relatada pelo Vereador José Luiz disse que antes não entendia quando se tinha dois para ajudar deveria andar melhor e porque vai pior, no início em qualquer sociedade vai bem e dá lucro e depois quando começa dar as percas vai cada um para um lado e foi o que aconteceu. Pegou o Hospital numa situação difícil porque a própria Lei não possibilitava que o Estado ajudasse. O que realmente vai do Hospital Hipólito para o Hospital São Sebastião é a parte do Estado e o que fica é o Município quem vai administrar. Quando soube da Municipalização do Hospital Hipólito, foi terminantemente contra porque sabia que o Município não conseguiria arcar com as despesas de hotelaria, medicamentos, enfim, com os recursos humanos até poderia. Se souber que dentro de uma unidade como o Hospital São Sebastião se gastam até quinze a vinte mil reais de luz, pois é necessário dentro de um Hospital é algo a ser pensado rapidamente. Com essa divisão o Município vai sair ganhando e o Estado vai ter que ainda adentrar no Hospital Hipólito, pois sabem que existiam hospitais municipais, estaduais e federais e hoje somente existe estadual o qual está tentando passar para os Municípios restando poucos e dentre esses está a Lapa.

Novamente com a palavra o Vereador José Luiz disse que segundo declarações o Hospital São Sebastião tem muito espaço e quer saber quais são as novas especialidades médicas que poderão vir para aquela unidade e qual é a data prevista para tal.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que já tiveram essa tentativa há algum tempo atrás na Lapa, mas precisam diferenciar bem a questão dos especialistas avançados e dos que não tem necessidade de estar dentro de um Hospital e sim dentro de um posto de saúde. Pode ter um ortopedista que esteja dentro de uma unidade de PA que referende tanto para internamento Hospitalar ou para outra situação que necessite deste avançado. Em primeira instancia o Município pode até em parceria ter esses especialistas dentro da própria unidade base e em seguida terem esse tipo de especialização, como a de cirurgia ortopédica que seria uma das principais para inicio. E também está sendo estudado o preço e quais são as condições para se montar uma UTI que sempre se falou, mas é de grande discussão porque custa caro e a manutenção também. Se vai se gastar cem mil reais pode gastar a metade apenas para mantê-la mensalmente, pois não é apenas o equipamento, mas recursos humanos adequados pela Legislação. Também tem que ver o quem vai ser colocado nessa UTI por questão de humanização o que é muito difícil. Existe um prazo de seis meses para conseguir algumas coisas, dependendo da agilidade e que até já está pedindo para que o Governo abra suas portas com mais facilidade.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que a ausência de UTI no Município tem estatística de mortes em razão de não existir.

Continuando o Diretor Geral do Hospital Hipólito disse que não dá para dizer de momento, precisaria ter um técnico na área para que fosse feito esse estudo.

Novamente com a palavra o Vereador Vilmar disse que estão pelo que entendeu num MSEH Movimento dos Sem Espaço nos Hospitais, pois estão indo para o Hospital São Sebastião ocupar o que é bom e na medida do possível ir arrumando para não perder esse espaço. Sabe que a primeira parte do Hospital São Sebastião foi inaugurada no dia trinta de outubro de mil novecentos e vinte e sete com setenta e seis anos essa primeira parte. A ala C e D está com cinqüenta e um ano de construção, construída totalmente para ser o Sanatório e conseqüentemente não existe sequer banheiros individuais. Nessa proposta será aberto novos leitos para a população lapeana. Sabe que não será ser possível a construção desses banheiros individuais, mas a preocupação maior é a mão de obra, querendo saber se vai ser suficiente esse pessoal que está lá ou o Governo está providenciando concurso público para que seja contratado mais profissionais. E também quer saber quanto a questão dos funcionários.

O Presidente Adriano passou a Presidência ao 2° Secretário Osvaldo B. Camargo.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que receberam a visita do Engenheiro responsável por toda parte da Secretaria de Saúde, o qual recebeu uma ordem direta do Secretário Cláudio Murilo Xavier para que desse prioridade para a Lapa e parecer ser uma pessoa séria no que diz. Disse que há uma possibilidade de terceirizar, pois o próprio Governo não tem condições, mas tem verbas para tal. Disse também que os funcionários vão fazer da primeira fase desse projeto, mas tem que vir a retaguarda. Precisam de uma readequação maior, pois terão que ter um PA, para que quando chegar um acidentado possam oferecer melhores condições. A Lapa está correndo para ser uma grande Central Regional assim como é o Hospital Angelina Caron que começou como um Hospital de beira de estrada e hoje é uma monstruosidade dentro daquilo que tem e com tecnologia até com transplante de órgãos.

Continuando o Vereador Vilmar disse que é um sonho, mas quer saber se é possível o funcionamento de um sistema de hemodiálise dentro do Hospital São Sebastião.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que colocando em escalas, a UTI está em primeiro lugar, e a hemodiálise está em terceiro lugar, porque realmente é uma complicação enorme, além de pessoas capacitadas, existe o custo e sua manutenção.

O 2° Secretário Osvaldo B. Camargo devolveu a Presidência.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que sobre a questão ambiental lhe preocupa um pouco com o aumento do uso, ação antrópica, precisam do Hospital num solo litólico, raso portanto, pergunta então se existe um planejamento ambiental de controle dos dejetos uma vez que possa montar substancialmente.

Respondendo o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo disse que foi conversado sobre isto nessa reunião com os engenheiros e também colocou dizendo que quando era Vereador recebeu uma carta de um cidadão da Lapa, Senhor João Baggio tendo essa preocupação e que até hoje não foi resolvido, então tocou neste assunto sobre esta situação. A resposta dos engenheiros foi de que já está sendo estudado e pedido, pois existe algo nessa linha.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que teve oportunidade de trabalhar dentro desta Casa como político em mil novecentos e oitenta e nove, quando dizia a este Vereador que não gostava da política e que estava nela apenas pela saúde da Lapa e dizia também que onde tivesse um grupo de amigos fazendo isso junto batalharia também e assim tem feito há vários anos. É bom ouvir tudo pronunciamentos dentro desta Casa nesta Sessão por técnicos na área de saúde e a saúde da Lapa tem um grande braço direito que é o Doutor Manoel Vidal nesta área. Entende que a saúde na Lapa vai mau, ou seja, está carente na área política e também de dividir entre o que é saúde e o que é social, pois muito se reclama quanto a saúde por causa do social por não ter o remédio e os exames especializados. Quando existe pacientes principalmente de traumatologia chega -se no Hospital Hipólito não tem como resolver, então liga-se para Curitiba e não consegue leito, principalmente quando é paciente da Lapa. É esse trabalho político que precisa ser feito. Parabeniza o Doutor Manoel Vidal pelo excelente trabalho que está sendo feito e diz também que esta Casa está de portas abertas no que for necessário e espera que este projeto seja de pleno êxito e fazerem juntos essa coesão indistintamente de cor partidária ou interesses e facções.

Com a palavra o Secretário de Serviços Públicos disse que discorda do Vereador João Renato quando disse que a saúde pública na Lapa está um caos.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que falou apenas que vai mau e diz isso por querer se reportar entre a divisão de saúde e social, pois se vai ao médico e o mesmo receita um remédio e não tem dinheiro para comprá-lo, o problema não é mais de saúde, mas social. Isso é fato notório e pode até passar uma lista de pessoas que lhe atrás de remédios, inclusive de pessoas que foram até a prefeitura e foram mau tratados, dizendo não existir remédios ali e se quisesse que fosse atrás do Ex-Prefeito Miguel Batista. Isso sim é um problema social.

Continuando o Secretário de Serviços Públicos disse que a partir do momento que existiu essa denúncia a qual o Vereador pronunciou referente a um servidor público desta gestão, se tivesse chegado aos ouvidos do Prefeito, com toda certeza esse servidor não estaria mais naquele local.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que fez a denúncia na mesma hora.

Continuando o Secretário de Serviços Públicos perguntou se foi feito por escrito e encaminhado ao Prefeito essa denúncia.

Solicitando outro aparte o Vereador João Renato disse que como Vereador existe um dispositivo legal na Lei Orgânica que lhe dá o direito de fazer qualquer denúncia sem ser por escrito, mas se assim quiser o fará.

Continuando o Secretário de Serviços Públicos disse que o Vereador tem que manifestar o nome deste servidor para que se tome providências.

Esclarecendo o Presidente disse que como este é um problema bastante particular envolvendo um caso em separado, pede que o Vereador João Renato passe os dado após esta Sessão para que seja tomado providências.

Continuando o Secretário de Serviços Públicos disse que discorda do Vereador João Renato quando ele diz que existe falta de medicamentos, até concorda em partes. Primeiramente porque os recursos são finitos e se hoje existisse dois milhões para serem gastos em medicamentos não bastaria, mas ouve critérios dessa administração para que pudesse pelo menos minimizar tudo isso e foi o que ocorreu. Implantaram um sistema de cadastro junto a Divisão Social para que fosse beneficiadas realmente pessoas carentes e tem uma desagradável comunicação de que tem pessoas que ainda se utilizam o sistema e que ganham muito bem, o que não vem ao caso, mas que é uma grande verdade. O Estado dá uma quantidade ínfima de consultas e o Município não detém de recursos para consultas principalmente especializadas. O que é feito na Lapa na área da saúde, nem o Estado oferece, o que precisam fazer é sair em outros Municípios e ver o caos que está o Sistema Único de Saúde. Hoje com a falta de recurso com o repasse de verbas cortado em trinta a quarenta por cento, fica difícil manter a qualidade. Pede aos Vereadores que apresentem a ele o nível de denúncia em relação ao povo. No ano que passou tiveram setenta e sete mil pessoas que passaram pelo Sistema Único de Saúde, com recurso repasso pelo Estado de apenas trinta por cento e o resto é o Município que arca com os custos. Quando se fala da saúde precisam ter argumentação e verificar como está a saúde dentro e fora do Município. A saúde na sua qualidade melhorou muito comparando a anos atrás onde sequer tinha um copo descartável para dar remédio a um paciente e hoje tem até televisão dentro do quarto. Pede desculpas pelo desabafo, mas a saúde da Lapa neste momento implica a sua pessoa.

Com a palavra o Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo agradece pelas palavras de apoio feitas pelo Vereador João Renato e é o que precisa neste momento. A questão da prevenção de saúde no Brasil, estava sendo muito discutido por alguns técnicos na área e foi assim que criaram o PSF que são os médicos da família. Sabe-se que para cada dólar usado para essa prevenção economiza-se cinco dólares para cada paciente. O investimento dos PSF é de grande importância para o Município, pois com o capital investido, tendo o giro que vai ter, sobra para financiar a saúde sozinha.

Com a palavra a Diretora de Saúde disse que como já falou anteriormente, uma ou duas equipes que já existe custa para o Município quinze mil reais em média e o Governo repassa seis mil reais, então quanto mais equipe existir e mais porcentagem dessa população estiver atingindo, mais recursos do Governo Federal vem para o Município. Estão com uma estimativa de nove equipes até o final do ano no Município, de vinte e seis mil que terá com as seis equipes previstas, vai passar a receber um recurso de sessenta e quatro mil reais. A contra partida do Município vai ser um pouco menor e há uma equipe muito completa. As comunidades atingidas por esses programas não vão precisar chegar na unidade central para disputar uma demanda.

Esclarecendo o Presidente disse que essa reunião não tem objetivo conclusivo, porque o Poder Legislativo Municipal tem grande dificuldade com relação a questão de horários, como exemplo as Audiências Públicas que são realizadas para comentar sobre os orçamentos e de como funciona, especialmente sobre a Prefeitura sempre tem um fórum reduzidos de pessoas, até já se pensou em fazer em outros horários para que possam trazer o público, ou seja, a participação da comunidade que legitima o trabalho dos agentes políticos o qual ocupam. Convida todos os presentes para que participem mais sobre os problemas públicos do Município e este Poder Legislativo está disposto no que for necessário para transformarem a saúde da Lapa para o melhor. Consulta o Vereador José Luiz se foi sanada a dúvida que existia ou se terá que haver outra reunião para melhores esclarecimentos.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que o objetivo principal da idéia de convocar os responsáveis pela saúde no Município era para trazer essas autoridades para que pudessem expor as idéias que se tem. Tem a impressão que alguém foi ao rádio e deve ter falado em tempo curto ou de maneira mau interpretada sobre as mudanças na saúde e as pessoas que ouviram chegaram até este Vereador solicitando informações e não tinha essas informações concretas para dar. Essa convocação foi ato democrático e deve ser feito constantemente para que posam informar a população com convicção. Pede ao Secretário de Serviços Públicos para que possa mandar uma cópia desse projeto para esta Casa de Leis para que tenham em mãos e possam também acompanhar juntamente com a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Bem Estar Social e Ecologia deste Poder Legislativo.

Com a palavra o Secretário de Serviços Públicos disse que realmente se sente honrado por ter participado desta convocação e poder prestar informações á comunidade lapeana. Deixa claro que dentro da sua secretaria jamais vai existir algum termo político ou vinculação política dentro de qualquer tipo de qualquer tipo de procedimento e isso sempre deixou claro. A saúde é um ponto nevrálgico de todas as administrações públicas porque as pessoas querem uma qualidade de vida melhor e esta advém de uma boa administração pública. Todas as pessoas responsáveis pelas divisões dentro de sua Secretaria, são de alto gabarito, por isso não tem constrangimentos em dizer que das situações que se encontram as situações das Prefeituras Municipais do Brasil inteiro, tem o privilégio de afirmar que o povo da Lapa está com excelente qualidade. Agradece pela oportunidade de vir até esta Casa e estão a disposição para qualquer esclarecimentos.

Encerrando a Sessão o Senhor Presidente agradeceu a presença dos visitantes, bem como a dos Senhores Vereadores, e convocou-os ainda para próxima Sessão Extraordinária a realizar-se no dia 22 de agosto de 2003, á hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 02/2003, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o orçamento do Poder Legislativo Municipal a ser incluído no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2004.

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.